



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE

AV. MOREIRA E SILVA, 863 - FAROL - MACEIÓ/AL - CEP: 57.051-500

OFÍCIO n. 00037/2023/GAB/PUAL/PGU/AGU

Maceió, 21 de dezembro de 2023.

Ao Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Mineração
Thiago Freitas Benevenuto

NUP: 00405.096041/2023-35

INTERESSADOS: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO - PGU

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL

Senhor Procurado-Chefe,

Cumprimentando-a cordialmente, anoto que trata o presente expediente de Procedimento Prévio de Coleta de Informações - PCCI para apuração dos fatos relacionados aos eventos geológicos ocorridos na cidade de Maceió em decorrência das atividades da mineradora Braskem S/A, visando a avaliação de medidas cabíveis para a defesa dos interesse da União e da coletividade.

Contextualizando a situação, em rápida síntese, tem-se que o caso Pinheiro/Braskem tornou-se conhecido após um tremor de terra sentido por moradores de alguns bairros de Maceió, em março de 2018. No Pinheiro, um tradicional bairro da capital alagoana, além dos tremores surgiram rachaduras nos imóveis, fendas nas ruas, afundamentos de solo e crateras que se abriram sem aparente motivo.

Com o intuito de encontrar as razões para o fenômeno, o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) deu início a estudos no solo dos locais atingidos e à medida que as pesquisas avançavam, os cientistas constataavam a complexidade do caso, ao mesmo tempo em que descartavam a possibilidade de um fenômeno naturalmente geológico.

Um ano após o tremor de terra, e com base na realização de diversos estudos, análises e com envolvimento direto de 52 pesquisadores, o SGB/CPRM apresentou, em audiência pública, estudos conclusivos que apontaram a extração mineral de sal-gema, pela empresa petroquímica Braskem, como a responsável pelos danos. Na ocasião, o fenômeno foi classificado como subsidência, ou seja, um rebaixamento da superfície do terreno devido às alterações ocorridas no suporte subterrâneo.

Em consequência da situação de risco inerente à região atingida pelo fenômeno geológico causado pela Braskem houve, desde o início da situação, atuação de diversos órgãos federais em atendimento aos indivíduos atingidos, seja de forma direta, com formatação e atuação em políticas públicas federais, seja de forma indireta, com repasses aos entes federativos menores para atuação localizada, havendo ainda intensa atuação da Agência Nacional de Mineração no contexto, inclusive quanto à reanálise / revisão das outorgas então concedidas à mineradora e encerramento dos processos minerários da empresa.

Nessa ótica, visando instrução do PCCI supracitado e a avaliação de medidas cabíveis para a defesa dos interesse da União e da coletividade, venho por meio deste solicitar os bons préstimos desta Procuradoria para que:

- **Até o dia 30/01/2024**, apresente cópia de todos dos processos minerários referentes às 35 frentes lavras da Braskem S/A na cidade de Maceió/AL, referentes às áreas afetadas pela subsidência do solo;
- No mesmo prazo, indique se já houve a declaração de caducidade dos títulos minerários da empresa referentes à área afetada e seu fundamento (exaustão ou motivo provocado);
- Em sendo caso de caducidade (já declarada ou possivelmente futura) por motivo provocado, indicar se houve perda do potencial minerário nas 35 frentes de lavra da empresa na área afetada;
- Outras informações que o órgão julgue relevantes para fins de apuração de prejuízos sofridos pela União e pela coletividade em razão dos eventos geológicos desencadeados pela Mineradora Braskem, para fins de encaminhamento das medidas cabíveis.

Solicito a presteza que as respostas sejam encaminhadas dentro dos prazos assinalados para os e-mails: pu.al@agu.gov.br e saulo.marinho@agu.gov.br, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

SAULO LOPES MARINHO
ADVOGADO DA UNIÃO
PROCURADOR-CHEFE DA UNIÃO EM ALAGOAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00405096041202335 e da chave de acesso 2b76a282



Documento assinado eletronicamente por SAULO LOPES MARINHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1384496118 e chave de acesso e7100fed no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SAULO LOPES MARINHO. Data e Hora: 16-01-2024 19:56. Número de Série: 59349772187951882089581127922. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
PROTOCOLO
SETOR DE AUTARQUIAS NORTE - SAN QD. 1 BL. B ED.-SEDE DA ANM - SALA 311-ACEP 70041-903 -
BRASÍLIA/DF(61) 3312-6968/3312-6754

CERTIDÃO n. 00051/2024/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 00786.000198/2024-17

INTERESSADOS: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO - PGU

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL

1. Certifico para os devidos fins, que a demanda chegou no dia 17/01/2024.

Brasília, 17 de janeiro de 2024.

PROTOCOLO
PFE/ANM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00786000198202417 e da chave de acesso e7100fed



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
DIVISÃO DE ASSUNTOS MINERÁRIOS (CHEFE)

COTA n. 00061/2024/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 00786.000198/2024-17

INTERESSADOS: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO - PGU

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL

PRAZO: 30/01/2024

Prezado Sr. Superintendente de Fiscalização,

1. Encaminho-lhe o anexo **OFÍCIO n. 00037/2023/GAB/PUAL/PGU/AGU**, que solicita o fornecimento das seguintes informações:

- **Até o dia 30/01/2024**, apresente cópia de todos dos processos minerários referentes às 35 frentes lavras da Braskem S/A na cidade de Maceió/AL, referentes às áreas afetadas pela subsidiência do solo;
- No mesmo prazo, indique se já houve a declaração de caducidade dos títulos minerários da empresa referentes à área afetada e seu fundamento (exaustão ou motivo provocado);
- Em sendo caso de caducidade (já declarada ou possivelmente futura) por motivo provocado, indicar se houve perda do potencial minerário nas 35 frentes de lavra da empresa na área afetada;
- Outras informações que o órgão julgue relevantes para fins de apuração de prejuízos sofridos pela União e pela coletividade em razão dos eventos geológicos desencadeados pela Mineradora Braskem, para fins de encaminhamento das medidas cabíveis.

2. Ao SAA/PFE para encaminhar o presente feito ao Sr. Superintendente de Fiscalização da ANM.

Brasília, 17 de janeiro de 2024.

KIZZY AÍDES PINHEIRO NOGUEIRA DA GAMA
PROCURADORA FEDERAL
CHEFE DA DIVISÃO DE ASSUNTOS MINERÁRIOS - PFE/ANM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00786000198202417 e da chave de acesso e7100fed



Documento assinado eletronicamente por KIZZY AIDES PINHEIRO NOGUEIRA DA GAMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1385268055 e chave de acesso e7100fed no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): KIZZY AIDES PINHEIRO NOGUEIRA DA GAMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 17-01-2024 16:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.